



Relatório Geral

INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE
SAO PAULO IPREM

CNPJ: 47.109.087/0001-01

Referência: Novembro / 2023

Análise do Cenário Macro Econômico

Quase fim de ano e algumas percepções já podem ser percebidas. Já se podem antever algumas questões que devem ser as direcionadoras de mercado no 1ºT24. Dado o dinamismo do mercado, possivelmente novos (velhos) temas surgirão. Os riscos geopolíticos, o *El Niño*, as commodities e seu provável realinhamento de preços relativos, e até a lógica de política monetária e fiscal, temas largamente debatidos até aqui. Um vetor relevante continuará sendo a política monetária nos EUA. O mercado projeta hoje a manutenção dos juros no patamar atual por um período relativamente prolongado, por observar a inflação acumulada em 12 meses apurada pelo Core PCE em 3,7% (ainda distante da meta de 2% no longo prazo), e que mantém o FED a permanecer na narrativa que ainda está em modo de combate à inflação.

Em perspectiva, o mercado se divide entre aqueles que já enxergam uma desaceleração da atividade e projetam uma desaceleração econômica nos EUA (o que, por sua vez, indicaria para um potencial corte de juros já no 2ºS24) e aqueles que respeitam mais o histórico recente de resiliência dos gastos do consumidor e do patamar atual de crescimento ainda robusto, projetando desaceleração mais lenta e, portanto, cortes de juros mais distantes no horizonte. No momento que escrevemos esse relatório, a ferramenta <<https://www.cmegroup.com/markets/interest-rates/cme-fedwatch-tool.html>>, projeta o 1º corte na reunião de junho/24.

Atualmente, com um *non-farm payroll* de 150 mil novos empregos e uma desaceleração dos números de outubro, os dados econômicos estão confortáveis. Em novembro, observou-se um fechamento nas Treasuries e à recuperação do S&P 500. Todavia, a questão fiscal permaneceu deve na inclinação da curva no trecho curto. Sinais de desaceleração econômica e desinflação devem levar as taxas longas à acomodação. O debate está entre aqueles que acreditam em um pouso suave e os pessimistas que preveem uma recessão (que nunca chega).

As previsões e recomendações para o novo ano mostram a maioria acreditando em um pouso suave. A precificação do mercado já inclui uma probabilidade de corte de juros na reunião de março. No entanto, a bolsa americana está quase nas máximas, o que pode parecer contraditório. Isso pode ser explicado pelo fato de que a bolsa americana está concentrada em ações de *high tech*, que são consideradas relativamente imunes ao ciclo econômico.

Pode-se dizer que a economia americana realmente "virou a chave" e deve rodar abaixo do seu potencial, com riscos de cair em recessão se esvaziando, pois o FED pode atuar mais agressivamente no afrouxamento. O conflito entre as narrativas de recessão versus pouso suave deve durar algum tempo. Alguma correção deve ocorrer, pois árvores não vão até o céu.

Do lado das posições em ações, quanto mais abrupta for a desaceleração, pior. Neste momento é que há uma desaceleração contratada, mas ela pode ser mais lenta do que se imaginava anteriormente; e, de fato, de acordo com o mercado ainda há trabalho para ser feito na convergência de inflação. O segundo dilema é o quanto a tensão geopolítica, as guerras e a OPEP+ podem fazer com que os preços de petróleo subam rapidamente, gerando menor crescimento global e, potencialmente, um novo cenário em que os juros tenham de ser elevados novamente nos EUA, um ambiente difícil de baixo crescimento e inflação elevada.

Esse dilema é o que apresenta o cenário nada trivial para os investimentos em geral. A alternativa nesse caso seria defensivamente no mercado global ficar investido em títulos do governo americano de curtíssimo prazo e, no Brasil, na renda fixa pós-fixada. Até aqui, a despeito do choque e das preocupações humanitárias que todos compartilhamos desde os ataques do Hamas, os preços do petróleo seguiram contidos, na faixa de US\$80 por barril. As projeções globais para os preços do petróleo baseadas em oferta e demanda já colocavam esse insumo na faixa entre US\$90 e US\$95 antes do conflito no Oriente Médio.

2024 possivelmente representará o fim deste ciclo de política monetária restritiva nos EUA e pelo resto do mundo. O 1ºT24 nos trará fatos e dados relevantes, tanto aqui quanto nos demais hemisférios. Em outubro, nas classes de renda fixa, viu-se o mercado aplicado na ponta curta da curva de pré-fixados. O índice IDKA3 (que replica uma posição aplicada em pré-fixados de duração constante de 3 anos) acumula 15,8% no ano até este momento (10 de novembro). Uma carteira de papéis pré-fixados de vencimentos diversos (mas concentrados especialmente em prazos curtos), como o índice IRFM. Os títulos atrelados à inflação, que antes de julho também acumulavam ganhos maiores do que o CDI, ainda não se recuperaram completamente do movimento de aumento de taxas associado ao ambiente global de alta nos juros reais.

O índice IMA-B, que replica uma posição aplicada em títulos indexados à inflação de duração média, acumula ganhos de 11,2% no ano quando da edição deste relatório. Do lado da renda variável, a performance do S&P 500 continua dependente das empresas ligadas a tecnologia e inteligência artificial. No ano, o índice acumula ganhos de 15%. Em comparação, o índice S&P 500 igualmente balanceado (sem peso maior nas ações de qualquer setor) está caindo 0,5% no ano, em reflexo da perspectiva pior do mercado com o consumo das famílias e do crescimento da atividade norte-americana daqui para frente. No Brasil, o Ibovespa passou por recuperação recentemente, acumulando retorno de 9,9% no ano. Os multimercados seguem com dificuldades no ano, entregando menos da metade do retorno do CDI no ano quando apurado pelo índice IFMM.

Cenário Internacional

O mês foi marcado pela elevação das taxas de juros longas nas principais economias desenvolvidas. As taxas de 10 anos de países como EUA, Reino Unido, Alemanha e Japão atingiram valores não observados desde a crise financeira de 2008, mas foram revertendo o stress observado ao longo do mês. Esse aumento se deve a um conjunto de vetores, como a expectativa de taxas de curto prazo elevadas por mais tempo nos EUA (por conta de uma atividade robusta) e o aumento do déficit fiscal, que leva a maior necessidade de emissão de títulos da dívida e não somente rolagens.

O conflito Israel Hamas, a despeito da crise humanitária envolvida, não afetou significativamente os preços dos ativos. Uma escalada do conflito teria como consequências esperadas o aumento do preço do petróleo (caso houvesse o envolvimento de países produtores), o fortalecimento do dólar e um fechamento de juros devido à busca por investimentos seguros.

Por outro lado, FED, BoE e ECB mantiveram suas taxas de juros constantes em suas reuniões de outubro, o que levou o mercado a precificar que o ciclo de aumentos teria terminado e a se questionar quando iniciará o ciclo de cortes. O FED reiterou que a atividade continua resiliente, apesar da desaceleração observada no mercado de trabalho, e que a autoridade segue atenta aos riscos de inflação e continuará observando os desdobramentos econômicos, inclusive os efeitos defasados da política monetária.

Nos EUA, a inflação seguiu comportada, com os núcleos de inflação mantendo a tendência de queda no acumulado em 12 meses no dado de setembro (3,7% *core* PCE e 4,1% *core* CPI). O resultado do PIB do 3ºT23 veio acima do esperado, crescendo 4,9% em relação ao trimestre anterior, na medida anualizada. O crescimento foi puxado pelo consumo das famílias (que correspondeu a cerca de 50% desse crescimento), mas também houve um aumento nos estoques, o que pode indicar uma saturação da economia.

O mercado de trabalho continuou apertado, mas mantendo a desaceleração observada em 2023. Empregos gerados e ganho médio por hora continuam em tendência de queda. Na Zona do Euro, o PIB do terceiro trimestre apresentou contração de -0,1%. Foi o primeiro resultado negativo desde o começo deste ciclo de aperto monetário, enquanto a inflação continua em queda, com o CPI e o Core CPI no acumulado em 12 meses chegando a 2,9% e 4,5%, respectivamente. No Japão, o BoJ alterou novamente sua política de *yield curve control* (YCC). O limite anteriormente utilizado de 1% nas taxas dos títulos de 10 anos agora é considerado apenas como uma referência. Por outro lado, o BoJ manteve sua taxa de juros de curto prazo ainda em valor negativo e aumentou sua expectativa de inflação para 2024. Por fim, o aumento dos juros em outubro afetou negativamente os ativos de risco, com o S&P 500 acumulando queda de 2,2% ao longo do mês.

Cenário doméstico

O Copom manteve o ritmo de redução da taxa Selic em 50 p.b. em sua reunião de novembro. Enquanto o cenário local se mostra aparentemente e com os dados de alta frequência e preços "administrados" favorável para a continuidade do ritmo no ciclo de cortes, o cenário internacional se mostra menos favorável. A Câmara dos Deputados aprovou no dia 25 o projeto de lei que prevê a taxação dos fundos offshore e dos fundos exclusivos. Agora o projeto está sendo avaliado no Senado.

Em sua decisão divulgada em 1º de novembro, o Copom manteve o ritmo de cortes de 50 p.b., como esperado pelo mercado, reduzindo a taxa Selic para 12,25% ao ano. O comunicado segue indicando que os membros do Comitê unanimemente “anteveem redução de mesma magnitude nas próximas reuniões”. Em relação ao cenário doméstico, o Copom vê um cenário consistente com uma desaceleração da economia nos próximos trimestres e com uma inflação que segue a trajetória esperada de desinflação, mas ainda acima do intervalo compatível.

Essa leitura é compatível com a última leitura do IPCA que passou de 4,6% em agosto para 5,2% em setembro, mas manteve trajetória benigna de queda nas medidas de núcleo. O item que mais contribuiu para essa alta no IPCA foi a gasolina, mas esse efeito deve se reverter na próxima leitura, após uma redução no preço da gasolina anunciada pela Petrobras. A atividade já mostra alguns sinais de arrefecimento, com uma desaceleração no índice de atividade do BACEN que se contraiu mais do que o esperado em agosto (redução de -0,8% mensal ante expectativa de -0,6%), mas ainda segue com um mercado de trabalho aquecido (a taxa de desemprego em setembro foi de 7,7% – o menor valor de desde fevereiro de 2015).

Para o Copom, o cenário internacional segue mais incerto para países emergentes devido à elevação das taxas de juros de longo prazo dos EUA e às novas tensões geopolíticas, o que impacta diretamente os preços de ativos, particularmente o câmbio. As taxas de juros de longo prazo dos EUA cederam parcialmente após a decisão do FED de manter a taxa de juros inalterada. No cenário geopolítico, o ataque do Hamas contra Israel impulsionou a busca por ativos seguros (*safe haven*), e a persistência dessas movimentações depende da oferta de petróleo e dos temores de investidores quanto a uma escalada do conflito. Neste cenário, o mercado passou a precificar taxas de juros terminais mais elevadas, em torno de 10,5%, para o fim de 2024. Na visão dos economistas (Pesquisa Focus), a taxa terminal também se elevou, mas em menor magnitude – de 9,00% ao ano para 9,25% ao ano.

Segundo o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita, em matéria publicada no Valor Econômico, o COPOM deverá "desamarrar as mãos" e eliminar a indicação de que pretende cortar os juros em 0,5 ponto percentual nas próximas reuniões. O argumento é que esse tipo de comunicação, em algum momento, passa a ser contraproducente, e que o cenário começa a mudar, levando o BACEN a adotar uma postura mais *data dependent*, decidindo mais de olho nos dados. Prevê que a reunião de dezembro pode marcar uma grande desaceleração em relação ao que foi observado no primeiro semestre, o que pode levar a mudanças na comunicação do Banco Central.

Na situação fiscal, destaca-se que, em março do próximo ano, o governo adotará uma solução intermediária para lidar com a meta de zerar o déficit primário, fazendo um contingenciamento de despesas de R\$30 bilhões e possivelmente aumentando a própria meta. Tendo em vista a política monetária americana, os países emergentes terão que conviver com juros internacionais mais altos, mas isso não necessariamente representa um piso para a queda da Selic. O que determina a ação do BACEN em relação à taxa de juros são as projeções de inflação, e não apenas a taxa de câmbio.

Paralelamente, a Câmara dos Deputados aprovou em 25 de outubro o projeto de lei que prevê a taxação dos fundos offshore e dos fundos exclusivos. Com a proposta, os fundos offshore passam a ser taxados em 15%. O estoque dos fundos exclusivos e a atualização dos investimentos no exterior pagarão 8%. Agora o projeto está sendo avaliado no Senado. Ainda na esfera fiscal, aumentou a incerteza em torno do objetivo do governo de zerar o déficit primário em 2024, após ruídos sobre uma possível alteração da meta fiscal. Uma mudança na meta não se traduz automaticamente num aumento de despesas, mas sinaliza uma menor disposição de um contingenciamento de despesas e pode acabar enfraquecendo a disposição do Congresso em apoiar os esforços da Fazenda para encontrar novas receitas a fim de estabilizar o resultado primário e a dívida/PIB.

O real apresentou desvalorização de 0,26% em relação ao dólar (até o dia 10/11), movimento que pode ser explicado pelo cenário de taxas longas americanas mais elevadas e pelos ataques do Hamas contra Israel. No entanto, após as decisões do FED e do BACEN, o real voltou a se valorizar. O real segue como uma das moedas que teve maior apreciação neste ano, explicada não apenas pelos elevados juros locais, mas também pelo desempenho das exportações brasileiras, que foram impulsionadas pela supersafra deste ano e a antecipação de venda pelos produtores (aproveitando o câmbio), assim como da indústria extrativa (petróleo e minério de ferro).

Desde maio deste ano, quando teve início o aumento mais relevante nas taxas das *treasuries* longas, ainda não houve um período suficientemente prolongado de queda dessas taxas para tranquilizar o mercado quanto ao fim do movimento de abertura, embora, como dissemos no relatório anterior, talvez o pico tenha ficado para trás. Isso dito, parece haver uma barreira para a taxa dos juros de 10 anos, em torno de 5% a.a., patamar que foi apenas brevemente ultrapassado no *intraday* no fim de outubro. Desde então, a taxa vem oscilando em patamares um pouco mais baixos, dado os riscos fiscais e a relevância de rolagem da dívida americana.

Um dos eventos que ajudou a conter o aumento de taxas foi a divulgação do relatório de emprego *Payroll* de outubro, que apontou que o mercado de trabalho norte-americano não está tão aquecido quanto se supunha. Foi o sinal indicativo de que a desaceleração econômica está por vir. Poucos dias depois, o dado sobre a inflação (CPI) de outubro trouxe mais um sinal de alívio para o mercado. Hoje na ponta curta da curva de juros norte-americana está projetado pelo mercado um cenário base de manutenção dos juros no patamar atual até meados do ano que vem.

No que diz respeito à última comunicação do FED, a reunião de novembro passou sem alterações no *forward guidance* de política monetária: conforme era a expectativa do mercado, os juros foram mantidos na faixa entre 5,25% a.a. e 5,50% a.a., e o FOMC, em seu comunicado, segue incerto sobre o fim do ciclo de alta de juros. No Brasil, após o movimento de alta dos juros de mercado observado desde agosto deste ano, surgiram no início de novembro sinais de reversão (em linha com o movimento externo).

Por exemplo, a taxa prefixada para o prazo fixo de três anos, que iniciou 2024 em quase 13% a.a., cedeu para uma mínima de 10,0% a.a. em agosto, subiu novamente para quase 11,5% a.a. em outubro e agora em novembro volta para patamares abaixo dos 11,0% a.a. Olhando para frente, o BACEN reduziu a taxa Selic em 0,5 p.p. em sua reunião de novembro. Para as próximas reuniões, o Comitê vê como apropriado manter o ritmo de 0,5 p.p. por reunião. A taxa de câmbio ancorada ajuda a dar convicção de que, a despeito do cenário internacional incerto, haverá continuação do ciclo de redução da Selic para além do que o mercado precifica hoje na ponta curta da curva de juros. Hoje a taxa terminal projetada pelo mercado na curva de juros é de 10,40% a.a., enquanto a pesquisa Focus indica 9,25% a.a.

Leilões de títulos públicos federais

O ritmo da rolagem da dívida subiu para 89% na penúltima semana de novembro. Há quatro semanas estava em 87%. Para manter essa rolagem seria necessário a emissão de R\$19,2 bi por semana e com isso o colchão de liquidez terminaria o ano com R\$1,025 tri e 7,2 meses de nível prudencial. No momento que escrevemos esse relatório restarão 2 semanas para terminar o calendário de leilões de 2023 e as emissões no ano chegam a R\$1,130 tri (até 24/11/23) com os maiores volumes em LFT (37%) e LTN (36%). Para os vencimentos de 2024 estão previstos a maior montante no 1ºT24 e depois 3ºT24, mas já é um ano menor que o atual e coloca menos pressão no TN por emissões maiores. Portanto, o ritmo de emissão atual dado o vencimento (rolagem 2024) e que hoje equivaleria a rolar 95% da dívida.

Conclusão. É sintomático, mas é a 3ª semana (desde meados de outubro) que se vê o aumento de emissões e em todos os tipos de papel (pré, pós ou híbrido, com ou sem cupom). O destaque de emissão da semana que se encerra em 24/11/23, foi a B60 com 300k ofertados (último leilão desse tamanho foi em 18/jul na taxa de 5,56%) e o resultado foi integral com viés "fecha do" (0,5 bps abaixo do limite mínimo do consenso) o que demonstra demanda e, apesar dos ruídos na política fiscal, na relação do executivo com o legislativo, reitera-se que são relevantes, mas ao que parece o mercado está desprezando ou olhando com viés mais otimista.

Destques do Relatório Mensal da Dívida

O Tesouro divulgou o Relatório Mensal da Dívida Pública Federal (RMD) com os dados de outubro. Destacam-se os seguintes pontos:

(i) emissão líquida de títulos domésticos foi de R\$42,1 bilhões (considerando apenas as ofertas públicas e excluindo o Tesouro Direto). As emissões foram de R\$65,5 bilhões, com forte concentração em LFT (R\$ 48,4 bilhões), e os resgates totalizaram R\$23,4 bilhões (basicamente, o vencimento de R\$22,7 bi de LTN). O estoque da DPMFi aumentou 1,6% para R\$5,93 trilhões;

(ii) o colchão de liquidez passou de R\$810,3 bilhões em setembro para R\$815,6 bilhões em outubro (aumento de R\$5,3 bilhões), apesar da colocação líquida de títulos. Isto pode ser explicado, em parte, pelo vencimento de R\$26,5 bilhões de LTN da carteira do BACEN, ante aquisição em outubro de R\$10,0 bilhões em títulos. O Índice de Liquidez caiu de 9,50 para 8,70 meses. O colchão, provavelmente subirá no restante do ano, em razão dos resgates de meros R\$22 bilhões em novembro e dezembro (vale notar que em novembro, até o dia 29, já foram emitidos R\$120 bilhões). Nos próximos 12 meses, os vencimentos da DPMFi somam R\$1,26 trilhão, pois ainda não se conhece a PAF de 2024;

(iii) o custo médio do estoque da DPMFI acumulado em 12 meses subiu de 11,15% para 11,27%, puxado pelas LTN e NTN-B. Já o custo médio das emissões (acumulado em 12 meses) declinou de 11,93% para 11,84%, em função principalmente do menor custo de colocação das NTN-B (variação menor do indexador); e,

(iv) o estoque de títulos domésticos detido por não residentes aumentou em R\$23,2 bilhões (com a demanda concentrada em LFT e LTN), a maior alta nominal desde outubro de 2020 (repetindo o observado no mês antecedente). Assim, a participação relativa desse grupo de investidores na DPMFi subiu de 9,94% para 10,18%, a mais elevada desde janeiro de 2022, denotando um maior apetite dos estrangeiros pela renda fixa no Brasil. A participação relativa nas NTN-F caiu de 49,1% para 48,7%, mas, nas LTN, passou de 25,5% para 26,6%.

Política fiscal e arrecadação de impostos, contribuições e outros dados

Relatório de receitas e despesas do 5º bimestre de 2023 trouxe números que não agradaram ao mercado <https://www.gov.br/planejamento/pt-br/canais_atendimento/imprensa/relatorio-de-avaliacao-de-receitas-e-despesas-primarias-sera-divulgado-nesta-quarta-22-11>. Houve revisão para cima da previsão de déficit fiscal deste ano, de R\$141,4 bilhões para R\$177,4 bilhões. Importante lembrar que a Fazenda se comprometeu com um déficit menor para este ano, de 1% do PIB, ou R\$100 bilhões. Não informa projeção de despesas com sentenças/precatórios. Principais destaques:

(i) Informa novo bloqueio de R\$1,1 bi em despesas discricionárias para cumprir teto; (ii) bloqueio total no orçamento de 2023 agora é de R\$5,0 bi; (iii) projeção de receitas com royalties sobe R\$5,9 bi; (iv) projeção de receitas com dividendos e concessões fica estável no bimestre; (v) projeção de alta da massa salarial nominal em 2023 passa de 10,56% para 11%; (vi) despesa discricionária em 2023 passa de R\$194,6 bi para R\$197,1 bi; (vii) déficit primário total de 2023 passa de R\$141,4 bi para R\$177,4 bi; (viii) projeção para média barril do petróleo em 2023 passa de US\$83,79 para US\$83,15; (ix) projeção de Selic acumulada 2023 passa de 13,11% para 13,19%; (x) despesa total em 2023 passa de R\$2,056 tri para R\$2,078 tri; (xi) receita primária total em 2023 passa de R\$2,373 tri para R\$2,360 tri; receita líquida em 2023 passa de R\$1,914 tri para R\$1,900 tri; (xii) projeção de câmbio médio em 2023 passa de R\$4,99 para R\$5,01; (xiii) déficit primário total de 2023 passa de R\$141,4 bi para R\$177,4 bi.

Adicionalmente, a arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais registrou alta real (depois de descontada a inflação) de 0,1% em outubro deste ano, para R\$215,6 bilhões, informou a Receita Federal em 27/11/23, cujos destaques foram: (i) somou R\$1,907 trilhão; (ii) alta real de 0,10% ante out/2022; (iii) queda real de 0,68% ante igual período de de 2022; (iv) alta real de 23,39% ante setembro; (v) é a maior para o mês na série histórica iniciada em 1995; (vi) desonerações em outubro somam R\$10,143 bilhões e R\$14,528 bilhões no ano, respectivamente.

Paralelamente, o governo central tem superávit primário de R\$18,3 bilhões em outubro, reduzindo o déficit no ano para R\$75,0 bilhões. No acumulado em 12 meses, porém, déficit sobe para R\$85,3 bilhões. O resultado do Tesouro Nacional de outubro foi divulgado em 28/11/23 trazendo o seguinte: foi superavitário em R\$18,3 bilhões, por conta de receitas líquidas de R\$180,1 bilhões e despesa total de R\$161,8 bilhões. O resultado trouxe receita líquida de R\$178,4 bilhões e despesa total de R\$160,0 bilhões. A mediana pelo prisma Fiscal era de superávit de R\$17,0 bilhões para outubro. Na comparação com o mesmo mês do ano passado, o resultado foi 43% menor em termos reais, por conta da elevação de 0,6% da receita líquida e aumento de 10,1% da despesa total.

Enquanto as receitas administradas pela RFB avançaram 0,5% em termos reais, as não administradas caíram 5,5%, com destaque para a queda de 15,1% na tributação sobre a exploração de recursos naturais. O recuo dessa rubrica se explica principalmente pela queda nas cotações internacionais do petróleo e pela valorização do real frente ao dólar. Do lado das despesas, houve avanço dos gastos previdenciários por conta do maior número de beneficiários e aumento do salário mínimo. Também aumentaram as obrigatórias com controle de fluxo por conta do Bolsa Família e dos gastos com Saúde, além de ter crescido o volume de despesas discricionárias.

No acumulado do ano o resultado primário do governo central foi deficitário em R\$75,0 bilhões, enquanto em 2022 foi observado superávit de R\$64,4 bilhões no mesmo período. Essa discrepância é explicada pelo avanço de 5,7% da despesa total contra uma redução de 3,3% na receita líquida, descontada a inflação. Já no acumulado em 12 meses, o déficit subiu para R\$85,3 bilhões, valor aproximadamente R\$13,8 bilhões pior que o observado em setembro. A previsão do mercado para 2023 é de resultado primário deficitário entre R\$105 à R\$130 bilhões.

Concluindo, este ano (até o momento que editamos esse relatório) a performance dos investimentos pode ser explicado principalmente por vetores globais e domésticos sem que um se sobreponha ao outro ou ambos estão correlacionados. A evolução da história da inflação e das taxas de juros tem sido influenciada por uma sequência de eventos geopolíticos que afetaram os preços da energia e prejudicaram a oferta global, bem como a inflação, além da COVID-19, cuja reorganização das cadeias produtivas começa a sinalizar relativa "normalização", inclusive pode ser visto no preço dos fretes marítimos. Embora alguns argumentem que a História chegou ao fim, a realidade é que os conflitos geopolíticos persistirão nos próximos anos (a história está aí para nos provar).

Acredita-se que o platô de inflação esteja chegando ao fim e com ela as taxas de juros globais atingindo o pico e as economias (maduras ou emergentes) estejam na mesma tendência (do pico à tendência de declínio, pois estes são os sinais mais visíveis, todavia, incertos) como já temos sinalizado desde setembro/23. Embora as taxas possam estabilizar ligeiramente acima do nível desejável, isso não pode ser considerada uma situação drástica. Dito isto, espera-se que

o nível neutro das taxas de juros tenha se deslocado e possivelmente em patamar mais alto ou superior às taxas da década passada ou até mesmo de anos recentes, face ao aumento dos déficits fiscais, o que exigirá maiores prêmios para a rolagem das dívidas, especialmente nos EUA.

Com a inflação aparentemente atingindo o pico e começando a diminuir, espera-se que os bancos centrais em todo o mundo reúnam condições de reduzir as taxas de juros (após platô) em 2024. O Brasil é visto como um exemplo interessante para observar como a política monetária global será sincronizada. Esse cenário pode ser ligeiramente positivo para os ativos de risco, e os mercados emergentes, especialmente a América Latina, podem se beneficiar de sua "estabilidade" política e posição como grandes produtores de commodities (*soft e hard*).

No Brasil, alguns eventos são considerados impulsionadores importantes para o mercado, como a nomeação da presidência do BACEN, a execução da política monetária e fiscal, a forma como o governo lidará com a desaceleração do crescimento e seu impacto na popularidade, e as eleições regionais/municipais de 2024 e seus impactos em 2026. Embora a mudança política no Brasil possa gerar reações muitas vezes "exageradas" dos mercados, essa tendência está mudando gradualmente. A eleição municipal de dois anos antes é considerada um indicador antecedente importante para as eleições presidenciais, e a administração atual enfrenta uma fricção saudável com o Congresso, o que cria um sistema de pesos e contrapesos interessante entre os poderes.

Em síntese, os números finais no mês foram:

O giro do Ibovespa foi R\$33,7 bilhões, acima das médias recentes (R\$23 bilhões), e consolidaram o melhor novembro para a bolsa em três anos. O de queima de prêmio no DI curto, entrou como estímulo extra para o índice à vista fechar o pregão em alta de 0,92% e defender até o fechamento os 127 mil pontos (127.331,12). Novembro terminou com ganho acumulado de 12,54% para o Ibovespa, no mês marcado pela acomodação dos juros dos Treasuries lá fora, depois de atingir os 5%, e pela condução do tema meta fiscal.

A bolsa correu em modo acelerado no penúltimo mês do ano, quando comparada ao desempenho dos três meses anteriores: em outubro, caiu 2,94%; em setembro, a valorização foi limitada a 0,71%; e, em agosto, registrou queda de 5%. No rali pré-Natal, Petrobras (ON, +0,94%, a R\$ 37,70; e PN, +1,93%, a R\$ 35,91) foi de recuperação em novembro e ignorou a queda do petróleo e aprovação em AGE da mudança do estatuto social. Lá fora, os cortes individuais de produção da Opep+ não convenceram e derrubaram o barril de petróleo.

A Arábia informou o prolongamento da sua redução de 1 milhão bpd na produção, até o fim do 1ºT24. A Rússia vai ampliar o seu corte voluntário de oferta de petróleo em 200 mil bpd, a 500 mil bpd. Também restringiram suas produções: Iraque (223 mil bpd), Emirados Árabes (163 mil), Kuwait (135 mil), Casaquistão (82 mil), Argélia (51 mil) e Omã (42 mil). No total, a oferta será enxugada em 2,2 milhões de bpd. Preocupa o fato de os cortes serem de curto prazo, válidos apenas até março do ano que vem. Além disso, pegou mal o fato de o cartel e seus aliados não terem conseguido chegar a uma estratégia unânime. Segundo analistas, a natureza voluntária das reduções gera ceticismo sobre a sua implementação. Volátil, primeiro o petróleo disparou perto de 3%, para depois virar para o negativo. O contrato do Brent para fevereiro registrou desvalorização de 2,43% e fechou cotado a US\$ 80,86 o barril na Ice Londrina.

Confiante em novos estímulos da China para estabilizar o crescimento, Vale subiu 0,54%, a R\$ 73,85. Os bancos também terminaram no azul, com altas: BB ON (+2,92%; R\$ 54,27), Itaú (+1,54%; R\$ 31,59), Santander unit (+0,98%; R\$ 31,00), Bradesco ON (+0,92%; R\$ 14,28) e Bradesco PN (+0,87%; R\$ 16,27). Embora não seja o melhor desfecho, o setor financeiro o vê com bons olhos a proposta articulada pela Fazenda para mudar as regras do JCP, buscando um meio-termo para não eliminar de vez o mecanismo, o que é bom. A intenção da equipe econômica é limitar a dedução de JCP a 50% do lucro tributável das companhias e aumentar a cobrança sobre os valores distribuídos aos acionistas de 15% para 20% de imposto de renda.

O mercado, alvissareiro em novembro, querendo embarcar no pivô *dovish* do FED, antecipava para março a aposta no início do ciclo de corte do juro, mas corrigiu a precificação mais "exagerada", à espera de Powell. O gatilho para a correção partiu do PMI medido pelo ISM de Chicago, que saltou de 44,0 em outubro para 55,8 em novembro, acima da previsão do mercado, de 45,2, e no patamar mais elevado em um ano e meio. O dado foi mais relevante do que o PCE, que ficou estável em outubro, quando se esperava alta de 0,1%. Na comparação anual, o índice subiu 3% (menor nível desde março de 2021), também abaixo da expectativa (3,1%). Já o núcleo do PCE avançou 0,2% em outubro e 3,5% na comparação anual, em linha com as projeções.

A ferramenta do CME voltou a indicar chance majoritária de manutenção da taxa de juro em março (52,6%), contra 45,2% de corte. Mas o mercado espera amplamente que o FED relaxe na reunião de maio (76,6%). O ajuste de *timing* puxou o dólar e os juros dos Treasuries. A taxa da Note-10 anos fechou a 4,355%. Para a *Capital Economics*, NY subestima um FED agressivo na queda. A consultoria prevê cortes no juro e diz que o *yield* da Note-10 cairá a 3,75% no fim de 2024. O retorno do T-Bond de 30 anos ficou acima de 4,5% novamente, a 4,514%.

O dólar não tinha um pregão tão favorável, aparando os excessos da política do FED e tendo ainda a seu favor a inflação (CPI) da zona do euro em novembro (+2,4%) mais fraca do que a previsão de 2,7%). Não demorou para o mercado despertar apostas de que o BCE possa começar a cortar juros em junho, embora o dirigente Joachim Nagel tenha advertido que ainda é "muito cedo" para pensar nisso. O euro caiu 0,76%, a US\$1,0883, a libra recuou 0,55%, a US\$1,2620, e o iene perdeu 0,77%, a 148,27/US\$.

O fôlego das taxas dos *Treasuries* impediu o Nasdaq (-0,23%; 14.226,22 pontos) de acompanhar a alta do S&P 500 (+0,38%; 4.567,80 pontos) e do Dow Jones, que foi longe (+1,47%, a 35.950,89) com o noticiário corporativo. Finalmente, a despeito do Brasil enfrentar desafios domésticos, como a execução da política monetária, fiscal e a desaceleração do crescimento, o cenário global de taxas de juros indicando declínio pode trazer vantagens para o país em 2024. Os eventos políticos e eleitorais também serão importantes para o mercado monitorar além dos conflitos geopolíticos e do ano eleitoral (municipal) que se aproxima por aqui.

Carteira - Consolidado

Total Carteira: R\$ 990.204.220,75

CNPJ	Produto	Disponib. Resgate	Carência	Saldo	% Sobre Total Côm. Limites	Quantidade Cotistas	% Sobre PL do Fundo	Resolução - 4.963
	Banco do Brasil S.A. - Agência: 1897 / Conta:20437-4	--	--	2.134.870,78	--	--	--	--
	Banco do Brasil S.A. - Agência: 1897 / Conta:20438-2	--	--	5.339.505,23	--	--	--	--
	Banco do Brasil S.A. - Agência: 1897 / Conta:1100-2	--	--	0,00	--	--	--	--
03.543.447/0001-03	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	D+1	Não há	18.152.454,95	1,85%	780	0,35%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
41.727.134/0001-96	BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	D+0	Não há	54.386.822,25	5,53%	13	1,89%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
11.046.645/0001-81	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	D+0	Não há	910.190.567,54	92,62%	189	2,67%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
				Total:	990.204.220,75	100,00%		

Rentabilidade - Consolidado

IMA-B 5

CNPJ	Ativos	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa Adm.	VaR Mês	Volatilidade - 12 meses
03.543.447/0001-03	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	1,787 %	10,339 %	1,570 %	4,194 %	11,389 %	21,838 %	0,2 %	--	--
--	IMA-B 5 (Benchmark)	1,804 %	10,509 %	1,622 %	4,325 %	11,588 %	22,343 %	--	--	--

CDI

CNPJ	Ativos	Mês	Ano	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Taxa Adm.	VaR Mês	Volatilidade - 12 meses
11.046.645/0001-81	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	0,905 %	11,981 %	2,885 %	6,299 %	13,173 %	26,772 %	0,1 %	--	--
41.727.134/0001-96	BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	0,895 %	11,761 %	2,849 %	6,184 %	12,937 %	26,009 %	0,1 %	--	--
--	CDI (Benchmark)	0,918 %	12,043 %	2,918 %	6,334 %	13,244 %	26,830 %	--	--	--

Retorno - Consolidado

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Aplicações Acumuladas (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Resgates / Amortizações Acumuladas (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (R\$)	Meta Acum (R\$)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	1.044.727.997,26	231.274.730,06	231.274.730,06	392.197.612,44	392.197.612,44	895.197.265,45	11.392.150,57	11.392.150,57	0,89%	0,89%	9.927.871,24	9.927.871,24	1,12%	1,12%	79,48%
fevereiro	895.197.265,45	40.038.838,62	271.313.568,68	388.709.499,33	780.907.111,77	555.224.053,03	8.697.448,29	20.089.598,86	0,93%	1,83%	5.017.879,37	14.945.750,60	0,92%	2,05%	89,24%
março	555.224.053,03	394.496.296,72	665.809.865,40	397.186.592,58	1.178.093.704,35	562.791.895,81	10.258.138,64	30.347.737,50	1,08%	2,93%	6.490.448,29	21.436.198,89	1,17%	3,25%	90,17%
abril	562.791.895,81	314.273.693,53	980.083.558,93	396.842.185,93	1.574.935.890,28	487.169.893,16	6.946.489,75	37.294.227,25	0,79%	3,75%	4.409.123,16	25.845.322,05	0,92%	4,20%	89,23%
maio	487.169.893,16	463.854.745,95	1.443.938.304,88	388.880.659,30	1.963.816.549,58	570.841.639,97	8.697.660,16	45.991.887,41	0,91%	4,70%	6.314.619,54	32.159.941,59	1,12%	5,37%	87,45%
junho	570.841.639,97	345.870.781,98	1.789.809.086,86	394.380.225,40	2.358.196.774,98	531.533.524,78	9.201.328,23	55.193.215,64	1,00%	5,75%	5.599.296,68	37.759.238,27	1,07%	6,50%	88,42%
julho	531.533.524,78	351.702.218,75	2.141.511.305,61	426.628.773,71	2.784.825.548,69	465.164.055,64	8.557.085,82	63.750.301,46	0,97%	6,77%	4.894.735,40	42.653.973,66	1,07%	7,64%	88,62%
agosto	465.164.055,64	728.149.439,44	2.869.660.745,05	690.182.746,61	3.475.008.295,30	504.599.357,22	1.468.608,75	65.218.910,21	0,12%	6,90%	5.732.017,68	48.385.991,34	1,14%	8,87%	77,84%
setembro	504.599.357,22	750.054.222,34	3.619.714.967,39	679.663.362,62	4.154.671.657,92	583.213.198,67	8.222.981,73	73.441.891,94	0,66%	7,60%	5.604.314,65	53.990.305,99	0,97%	9,93%	76,58%
outubro	583.213.198,67	782.117.382,43	4.401.832.349,82	407.374.342,73	4.562.046.000,65	969.366.465,17	11.410.226,80	84.852.118,74	0,84%	8,50%	9.556.284,05	63.546.590,03	1,00%	11,02%	77,12%
novembro	969.366.465,17	374.831.350,81	4.776.663.700,63	372.723.370,79	4.934.769.371,44	982.729.844,74	11.255.399,55	96.107.518,29	0,84%	9,41%	8.915.901,02	72.462.491,05	0,92%	12,04%	78,14%

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)
03.543.447/0001-03	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	17.833.770,36	0,00	0,00	18.152.454,95	318.684,59	1,79%	1,79%
41.727.134/0001-96	BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	46.308.836,37	12.599.300,57	4.996.627,08	54.386.822,25	475.312,39	0,81%	0,90%
11.046.645/0001-81	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	905.223.858,44	362.232.050,24	367.726.743,71	910.190.567,54	10.461.402,57	0,83%	0,91%
	Total Renda Fixa	969.366.465,17	374.831.350,81	372.723.370,79	982.729.844,74	11.255.399,55	0,84%	

Carteira - FUNFIN (Financeiro)

CNPJ	Produto	Disponib. Resgate	Carência	Saldo	% Sobre Total Côm. Limites	Quantidade Cotistas	% Sobre PL do Fundo	Resolução - 4.963
11.046.645/0001-81	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	D+0	Não há	439.012.293,70	100,00%	189	1,29%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
				Total:	439.012.293,70	100,00%		

Retorno - FUNFIN (Financeiro)

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Aplicações Acumuladas (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Resgates / Amortizações Acumuladas (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (R\$)	Meta Acum (R\$)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	312.349.159,94	27.575.180,00	27.575.180,00	23.990.740,45	23.990.740,45	319.248.358,23	3.314.758,74	3.314.758,74	0,98%	0,98%	3.548.913,72	3.548.913,72	1,12%	1,12%	86,81%
fevereiro	319.248.358,23	18.559.748,78	46.134.928,78	23.125.690,74	47.116.431,19	317.754.684,03	3.072.267,76	6.387.026,50	0,91%	1,89%	2.889.225,14	6.438.138,85	0,92%	2,05%	92,29%
março	317.754.684,03	27.813.522,56	73.948.451,34	24.422.344,95	71.538.776,14	324.975.224,23	3.829.362,59	10.216.389,09	1,11%	3,02%	3.772.404,09	10.210.542,95	1,17%	3,25%	92,99%
abril	324.975.224,23	23.960.190,81	97.908.642,15	23.246.866,64	94.785.642,78	328.412.207,53	2.723.659,13	12.940.048,22	0,78%	3,83%	2.990.276,84	13.200.819,78	0,92%	4,20%	91,15%
maio	328.412.207,53	76.830.399,44	174.739.041,59	24.003.370,15	118.789.012,93	385.046.878,73	3.807.641,91	16.747.690,13	0,94%	4,80%	4.282.498,47	17.483.318,26	1,12%	5,37%	89,45%
junho	385.046.878,73	35.689.952,05	210.428.993,64	24.916.144,59	143.705.157,52	400.288.429,35	4.467.743,16	21.215.433,29	1,06%	5,92%	4.243.118,59	21.726.436,85	1,07%	6,50%	91,02%
julho	400.288.429,35	30.182.299,43	240.611.293,07	25.069.600,33	168.774.757,85	409.660.040,32	4.258.911,87	25.474.345,16	0,99%	6,96%	4.345.819,02	26.072.255,86	1,07%	7,64%	91,14%
agosto	409.660.040,32	334.364.849,19	574.976.142,26	325.292.040,60	494.066.798,45	415.817.492,23	-2.915.356,68	22.558.988,48	-0,39%	6,54%	4.770.497,73	30.842.753,59	1,14%	8,87%	73,81%
setembro	415.817.492,23	321.814.054,82	896.790.197,08	322.702.999,58	816.769.798,03	418.653.582,23	3.725.034,76	26.284.023,24	0,50%	7,08%	4.044.225,57	34.886.979,16	0,97%	9,93%	71,34%
outubro	418.653.582,23	37.698.555,73	934.488.752,81	26.469.243,48	843.239.041,51	434.040.918,01	4.158.023,53	30.442.046,77	0,91%	8,06%	4.288.382,79	39.175.361,95	1,00%	11,02%	73,09%
novembro	434.040.918,01	24.260.167,48	958.748.920,29	23.240.430,94	866.479.472,45	439.012.293,70	3.951.639,15	34.393.685,92	0,86%	8,99%	3.992.856,17	43.168.218,12	0,92%	12,04%	74,64%

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)
11.046.645/0001-81	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	434.040.918,01	24.260.167,48	23.240.430,94	439.012.293,70	3.951.639,15	0,86%	0,91%
Total Renda Fixa		434.040.918,01	24.260.167,48	23.240.430,94	439.012.293,70	3.951.639,15	0,86%	

Carteira - FUNPREV (Previdenciário)

CNPJ	Produto	Disponib. Resgate	Carência	Saldo	% Sobre Total Côm. Limites	Quantidade Cotistas	% Sobre PL do Fundo	Resolução - 4.963
03.543.447/0001-03	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	D+1	Não há	18.025.850,76	3,68%	780	0,35%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
11.046.645/0001-81	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	D+0	Não há	471.178.273,84	96,32%	189	1,38%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
				Total:	489.204.124,60	100,00%		

Retorno - FUNPREV (Previdenciário)

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Aplicações Acumuladas (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Resgates / Amortizações Acumuladas (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (R\$)	Meta Acum (R\$)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	722.018.779,77	188.444.449,77	188.444.449,77	360.405.273,74	360.405.273,74	557.973.175,30	7.915.219,50	7.915.219,50	0,87%	0,87%	6.178.856,02	6.178.856,02	1,12%	1,12%	77,39%
fevereiro	557.973.175,30	11.906.925,00	200.351.374,77	355.453.963,24	715.859.236,98	219.872.111,75	5.445.974,69	13.361.194,19	0,96%	1,83%	1.968.732,13	8.147.588,16	0,92%	2,05%	89,35%
março	219.872.111,75	354.534.453,71	554.885.828,48	364.041.908,27	1.079.901.145,25	216.524.730,93	6.160.073,74	19.521.267,93	1,07%	2,93%	2.471.090,52	10.618.678,68	1,17%	3,25%	90,00%
abril	216.524.730,93	273.931.859,39	828.817.687,87	354.741.281,26	1.434.642.426,51	139.740.021,27	4.024.712,21	23.545.980,14	0,82%	3,77%	1.246.056,54	11.864.735,22	0,92%	4,20%	89,79%
maio	139.740.021,27	373.686.524,50	1.202.504.212,37	358.898.632,56	1.793.541.059,07	159.146.726,16	4.618.812,95	28.164.793,09	0,90%	4,70%	1.735.827,50	13.600.562,72	1,12%	5,37%	87,61%
junho	159.146.726,16	295.378.623,49	1.497.882.835,86	353.701.700,67	2.147.242.759,74	105.241.587,13	4.417.938,15	32.582.731,24	0,97%	5,72%	1.080.809,35	14.681.372,07	1,07%	6,50%	88,04%
julho	105.241.587,13	304.953.438,84	1.802.836.274,70	386.219.595,63	2.533.462.355,37	27.951.483,99	3.976.053,65	36.558.784,89	0,97%	6,75%	257.011,82	14.938.383,89	1,07%	7,64%	88,30%
agosto	27.951.483,99	385.302.113,64	2.188.138.388,34	354.370.056,47	2.887.832.411,84	62.949.423,35	4.065.882,19	40.624.667,08	0,98%	7,80%	670.842,52	15.609.226,41	1,14%	8,87%	87,93%
setembro	62.949.423,35	414.855.021,88	2.602.993.410,22	353.477.043,73	3.241.309.455,57	128.541.706,80	4.214.305,30	44.838.972,38	0,88%	8,75%	1.211.794,32	16.821.020,72	0,97%	9,93%	88,11%
outubro	128.541.706,80	702.931.142,44	3.305.924.552,66	349.399.446,87	3.590.708.902,44	488.892.329,26	6.818.926,89	51.657.899,27	0,82%	9,64%	4.809.019,64	21.630.040,36	1,00%	11,02%	87,43%
novembro	488.892.329,26	337.971.882,76	3.643.896.435,42	344.486.312,77	3.935.195.215,21	489.204.124,60	6.826.225,35	58.484.124,62	0,83%	10,54%	4.427.119,65	26.057.160,01	0,92%	12,04%	87,55%

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)
03.543.447/0001-03	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	17.709.388,83	0,00	0,00	18.025.850,76	316.461,93	1,79%	1,79%
11.046.645/0001-81	BB RENDA FIXA REFERENCIADO DI TITULOS PUBLICOS FUNDO DE INVESTIMENTO LONGO PRAZO	471.182.940,43	337.971.882,76	344.486.312,77	471.178.273,84	6.509.763,42	0,80%	0,91%
Total Renda Fixa		488.892.329,26	337.971.882,76	344.486.312,77	489.204.124,60	6.826.225,35	0,83%	

Carteira - IPREM (Fundo Administrativo)

CNPJ	Produto	Disponib. Resgate	Carência	Saldo	% Sobre Total Côm. Limites	Quantidade Cotistas	% Sobre PL do Fundo	Resolução - 4.963
03.543.447/0001-03	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	D+1	Não há	126.604,19	0,23%	780	0,00%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
41.727.134/0001-96	BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	D+0	Não há	54.386.822,25	99,77%	13	1,89%	ARTIGO 7º, INCISO I, ALÍNEA "B"
				Total:	54.513.426,44	100,00%		

Retorno - IPREM (Fundo Administrativo)

Mês	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Aplicações Acumuladas (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Resgates / Amortizações Acumuladas (R\$)	Saldo no Mês (R\$)	Retorno no Mês (R\$)	Retorno Acumulado (R\$)	Retorno no Mês (%)	Retorno Acumulado (%)	Meta para o Mês (R\$)	Meta Acum (R\$)	Meta para o Mês (%)	Meta Acum (%)	Diferença Acumulada (%)
janeiro	10.360.057,55	15.255.100,29	15.255.100,29	7.801.598,25	7.801.598,25	17.975.731,92	162.172,33	162.172,33	0,63%	0,63%	200.101,50	200.101,50	1,12%	1,12%	56,36%
fevereiro	17.975.731,92	9.572.164,84	24.827.265,13	10.129.845,35	17.931.443,60	17.597.257,25	179.205,84	341.378,17	0,65%	1,29%	159.922,10	360.023,59	0,92%	2,05%	62,76%
março	17.597.257,25	12.148.320,45	36.975.585,58	8.722.339,36	26.653.782,96	21.291.940,65	268.702,31	610.080,48	0,90%	2,20%	246.953,67	606.977,27	1,17%	3,25%	67,76%
abril	21.291.940,65	16.381.643,33	53.357.228,91	18.854.038,03	45.507.820,99	19.017.664,36	198.118,41	808.198,89	0,53%	2,74%	172.789,78	779.767,05	0,92%	4,20%	65,27%
maio	19.017.664,36	13.337.822,01	66.695.050,92	5.978.656,59	51.486.477,58	26.648.035,08	271.205,30	1.079.404,19	0,84%	3,60%	296.293,57	1.076.060,61	1,12%	5,37%	67,08%
junho	26.648.035,08	14.802.206,44	81.497.257,36	15.762.380,14	67.248.857,72	26.003.508,30	315.646,92	1.395.051,11	0,76%	4,39%	275.368,74	1.351.429,35	1,07%	6,50%	67,56%
julho	26.003.508,30	16.566.480,48	98.063.737,84	15.339.577,75	82.588.435,47	27.552.531,33	322.120,30	1.717.171,41	0,76%	5,18%	291.904,56	1.643.333,91	1,07%	7,64%	67,80%
agosto	27.552.531,33	8.482.476,61	106.546.214,45	10.520.649,54	93.109.085,01	25.832.441,64	318.083,24	2.035.254,65	0,88%	6,11%	290.677,43	1.934.011,34	1,14%	8,87%	68,90%
setembro	25.832.441,64	13.385.145,64	119.931.360,09	3.483.319,31	96.592.404,32	36.017.909,64	283.641,67	2.318.896,32	0,72%	6,88%	348.294,76	2.282.306,10	0,97%	9,93%	69,26%
outubro	36.017.909,64	41.487.684,26	161.419.044,35	31.505.652,38	128.098.056,70	46.433.217,90	433.276,38	2.752.172,70	0,56%	7,47%	458.881,62	2.741.187,72	1,00%	11,02%	67,79%
novembro	46.433.217,90	12.599.300,57	174.018.344,92	4.996.627,08	133.094.683,78	54.513.426,44	477.535,05	3.229.707,75	0,81%	8,34%	495.925,20	3.237.112,92	0,92%	12,04%	69,28%

CNPJ	Ativos Renda Fixa	Saldo Anterior (R\$)	Aplicações (R\$)	Resgates / Amortizações (R\$)	Saldo no mês (R\$)	Retorno no mês (R\$)	Retorno no mês para o Instituto (%)	Retorno do fundo no mês (%)	VaR no Mês
03.543.447/0001-03	BB PREVIDENCIÁRIO RENDA FIXA IMA-B 5 LONGO PRAZO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FI	124.381,53	0,00	0,00	126.604,19	2.222,66	1,79%	1,79%	--
41.727.134/0001-96	BB RENDA FIXA CURTO PRAZO MILÊNIO FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	46.308.836,37	12.599.300,57	4.996.627,08	54.386.822,25	475.312,39	0,81%	0,90%	--
Total Renda Fixa		46.433.217,90	12.599.300,57	4.996.627,08	54.513.426,44	477.535,05	0,81%		

Outros Cometários

Considerando os princípios implícitos e explícitos da Administração Pública, aliada às melhores práticas de gestão corporativa, inseridas no manual Pró Gestão - no quesito transparência (item 3.2.8), que diz: “Os documentos e informações mínimos a serem divulgados pelo RPPS em seu site estão a seguir relacionados, sendo em regra obrigatórios para os Níveis I a IV, exceto quando expressamente ressalvado: p) Relatórios mensais e anuais de investimentos”; e considerando as atribuições da Diretoria Executiva, expressos no DECRETO Nº 62.556 DE 12 DE JULHO DE 2023, aprova o relatório mensal da carteira de investimentos referente ao mês de novembro de 2023, em sua 12ª reunião ordinária de 2023, seguindo as diretrizes e parâmetros estabelecidos para os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, através do Ministério da Previdência Social, que exerce as competências de orientar, supervisionar, fiscalizar e acompanhar os RPPS, além de estabelecer parâmetros e diretrizes gerais para seu funcionamento, conforme art. 9º da Lei nº 9.717/1998, que foi expressamente recepcionada como Lei Complementar pela EC nº 103/2019, bem como pela Resolução CMN nº 4.963, de 25 de novembro de 2021, amparando-se, ainda, na Política de Investimentos vigente.

Disclaimer

As informações foram obtidas a partir de fontes públicas ou privadas consideradas confiáveis, cuja responsabilidade pela correção e veracidade não é assumida pelo Atlas RPPS, pelo titular desta marca ou por qualquer das empresas de seu grupo empresarial. O Atlas RPPS, titular desta marca ou qualquer das empresas de seu grupo empresarial não são responsáveis por tomadas de decisão e consequentes resultados. Ao investidor é recomendada a leitura cuidadosa do prospecto e regulamento do fundo de investimento ao aplicar seus recursos. As informações disponíveis, não devem ser entendidas como colocação, distribuição ou oferta de fundo de investimento ou qualquer outro valor mobiliário. Para avaliação da performance de um fundo de investimento, é recomendável a análise de, no mínimo, 12 (doze) meses. Fundos de investimento não contam com a garantia do Administrador do fundo, Gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. As estratégias com derivativos, utilizadas como parte da política de investimento de fundos de investimento, podem resultar em significativas perdas para seus cotistas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do fundo. Os valores exibidos estão em Real (BRL). Para os cálculos foram utilizadas observações Diárias e Mensais